

SANEAMENTO BÁSICO: UMA AGENDA REGULATÓRIA E INSTITUCIONAL

- *A insuficiência e a baixa qualidade dos serviços de água e esgoto acarretam problemas sociais, ambientais e econômicos.*
- *A universalização dos serviços de água e esgoto significa redução de custos com saúde, aumento da frequência escolar e diminuição de faltas e licenças no trabalho.*
- *No Brasil, além dos baixos níveis de atendimento, as redes de saneamento estão em estado avançado de depreciação e há grande ineficiência na gestão das companhias.*
- *A melhoria regulatória e institucional é essencial para ampliar os investimentos e a qualidade dos serviços.*

Na infraestrutura brasileira, o setor com maior déficit de atendimento e maiores desafios de expansão é o de saneamento. A lenta expansão das redes e a baixa qualidade na prestação dos serviços têm trazido fortes implicações para a saúde da população, para o meio ambiente e para o setor produtivo. A redução dos custos com saúde no Brasil, gerada pela universalização dos serviços de água e esgoto, chegaria a R\$ 1,45 bilhão ao ano sem considerar todos os inestimáveis ganhos associados à redução da mortalidade infantil. Mas, infelizmente, os indicadores ainda são desastrosos.

Cerca de 83% da população brasileira dispõem de abastecimento de água, 57% têm acesso ao serviço de coleta de esgoto, e apenas 50% do esgoto gerado é tratado. Conseqüentemente, cerca de 44% dos municípios brasileiros dispõem de corpos d'água receptores, com capacidade de diluição do esgoto ruim, péssima ou nula, o que afeta o consumo humano e aumenta os custos produtivos.

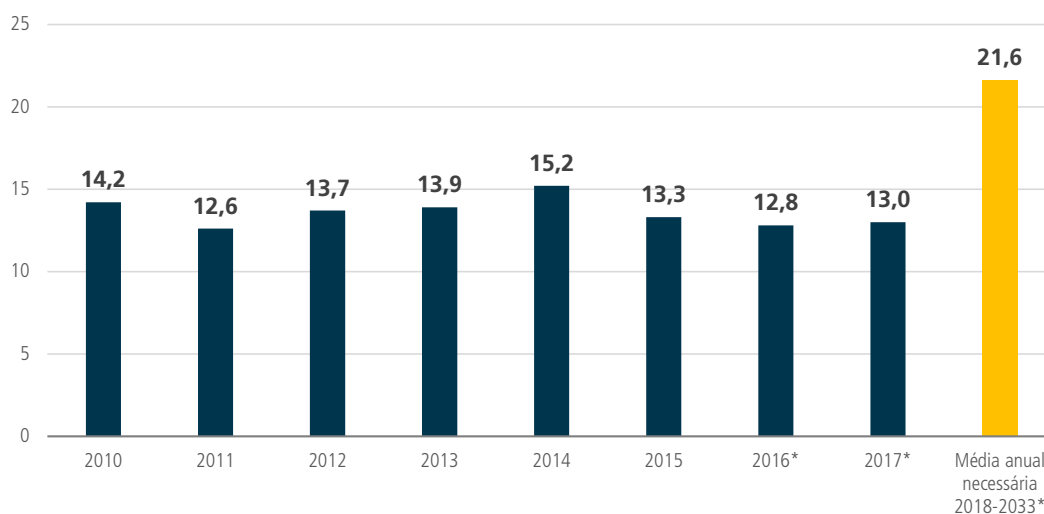
Caso sejam mantidos os níveis recentes de investimento, a universalização dos serviços seria atingida apenas após 2050: mais de vinte anos de atraso. A cada ano, torna-se menos

realista a meta do Plano Nacional de Saneamento Básico de garantir, até 2023, que 100% do território nacional seja abastecido por água potável e que, até 2033, 92% dos esgotos sejam tratados.

Apesar dos esforços do Governo Federal em reverter a grave situação, a escassez dos recursos públicos, a falta de regulação, a incapacidade de planejar e a incapacidade de investir demanda uma revisão do modelo adotado desde a década de 1970.

A experiência internacional sugere que não há um modelo único para o sucesso. Contudo, a parceria com o setor privado tem sido um fator fundamental para a expansão e aumento da qualidade dos serviços prestados.

Alguns mitos precisam ser desconstruídos. A ideia de que o setor privado atua somente em municípios de grande porte é absolutamente equivocada. Cerca de 72% dos municípios em que há participação privada são compostos por até 50 mil habitantes. Assim como a ideia de que a participação privada gera aumento significativo das tarifas: o setor privado pratica tarifas de cerca de 11 centavos acima das tarifas observadas nas companhias estaduais.

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO NO BRASIL
(R\$ BILHÕES A PREÇOS CONSTANTES DE DEZEMBRO/2017)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SNIS e CNI.

*Estimativa com base nas informações do SNIS e Pezco Consultoria.

Principais recomendações

1 Definir **diretrizes regulatórias** claras e efetivas e realizar convênios entre os titulares dos serviços e agências reguladoras para reduzir a pulverização da regulação do setor.

2 Regulamentar o **reuso da água**, para segurança jurídica dos produtores e consumidores.

3 Revisar o **Plano Nacional de Saneamento Básico** com projeções mais realistas que considerem o atual contexto fiscal e a heterogeneidade dos municípios brasileiros.

4 Avaliar a efetividade, definir prazos realistas e recusar o adiamento generalizado da conclusão dos **planos municipais**.

5 Criar meios para que o **planejamento do setor** seja realizado com qualidade (com fiscalização, capacitação e definição de parâmetros).

6 Criar um **Conselho Nacional de Política de Saneamento** sob a presidência da Casa Civil, com participação paritária dos setores regulados e da sociedade civil.

7 Criar um sistema de verificação dos dados do **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS**.

8 Expandir o **programa de concessões do BNDES**, com a análise dos mercados do setor para mais estados e municípios.

9 Simplificar o processo de **licenciamento ambiental** para o setor de água e esgoto.

10 Simplificar o processo de **liberação dos recursos do FGTS** para o saneamento.

11 Regulamentar o **Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB**.

Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA